

---

## CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de<sup>1</sup>

---

Recebido (Received): 07/10/2021 Aceito (Accepted): 02/11/2021

Como citar este artigo: PAULA, L.A.C. Contribuições teóricas sobre a relação campo-cidade: algumas reflexões. **Geoconexões (online)**, v.1, n.2, p. 02-13, 2021.

### RESUMO:

As relações entre campo e cidade têm há muito tempo se constituído como objeto de estudo de diferentes áreas das ciências humanas, inclusive pela geografia. A grande quantidade de conhecimento geográfico produzido sobre o espaço rural e o espaço urbano, permitem a elaboração de estudos comparativos e problematizadores ambos os espaços, sobretudo pela geografia possibilitar a compreensão multidimensional dos territórios. Sabe-se que o campo esteve por muito tempo relegado à secundarização, sendo visto apenas pelo seu potencial produtivo e pela setorização e a sua articulação com a cidade, era pensada apenas para suprir às necessidades do urbano. No entanto, ao longo dos anos, diante de vários efeitos negativos aos quais as áreas rurais e sua população estiveram expostas, como a modernização dolorosa, os impactos ambientais e sociais, o êxodo rural e as migrações contemporâneas, é cada vez mais urgente a adoção de uma interpretação mais coerente e horizontal sobre as relações entre esses espaços. Esse artigo tem como objetivo contribuir para tal reflexão, a partir de algumas reflexões teóricas sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** relação campo-cidade, espaço rural, espaço urbano.

### THEORETICAL CONTRIBUTIONS ON THE FIELD-CITY RELATIONSHIP: SOME REFLECTIONS

#### ABSTRACT:

The relations between countryside and city have long been constituted as an object of study in different areas of the human sciences, including geography. The large amount of geographic knowledge produced about rural and urban spaces allows the elaboration of comparative and problematizing studies about both spaces, especially because geography enables a multidimensional understanding of the territories. It is known that for a long time the countryside was relegated to secondary importance, being seen only for its productive potential and sectorialization, and its articulation with the city was thought only to supply the needs of the urban. However, over the years, in face of several negative effects to which the rural areas and their population have been exposed, such as painful modernization, environmental and social impacts, rural exodus, and contemporary migrations, it is increasingly urgent to adopt a more coherent and horizontal interpretation of the relations between these spaces. This article aims to contribute to such reflection, based on some theoretical reflections about the theme.

**KEYWORDS:** relation field-city, rural space, urban space.

---

<sup>1</sup> Licenciada e Doutora em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). É integrante do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). E-mail: coutinholacp@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6585-7537>

## **Introdução**

As relações entre campo e cidade têm sido objeto de estudo de diferentes ciências - na História, na Sociologia e na Geografia. Tal temática apresenta uma série de interpretações, a partir do posicionamento teórico-metodológico dos pesquisadores, implicando na produção de trabalhos com diferentes perspectivas, similares ou divergentes sobre o assunto.

Marques aponta que (2002, p.99): “Comumente o rural é definido juntamente com o urbano com base em características a partir das quais eles se diferenciam”. Acredito que em certa medida, o rural é na verdade definido pelas suas ausências, ausência de infraestrutura, de saúde, de educação, de lazer, de segurança, na comparação dos elementos presentes na maioria das áreas urbanas.

No Brasil a relação entre esses espaços perpassa diferentes questões, um elemento indispensável para essa discussão é a questão agrária. O país é marcado pela intensa concentração fundiária, fenômeno histórico que foi intensificado entre os anos 1960 a 1970, com a Revolução Verde. A modernização dolorosa, reconfigurou também as condições de trabalho e com a mecanização houve um intenso êxodo rural e inchaço urbano, fazendo com que muitos trabalhadores rurais migrassem para as cidades, tornando-se “boias-frias”, ou dedicando-se à ocupações rurais não agrícolas.

De acordo com Bastos e Gonzales apud Asari e Ponte (2001, p. 165) o trabalhador boia-fria ou volante: “É o trabalhador que reside fora das fazendas, em geral nas periferias das cidades e vilas e que se desloca continuamente para exercitar tarefas em regime de empreitada nas áreas rurais.” Para Bana (2001) esses trabalhadores são aqueles que não foram absorvidos pelo mercado de trabalho permanente, e que durante o ano, alternam-se em funções urbanas e rurais que não exigem qualificação especial.

Segundo Silva (2002) muitas das ocupações rurais não agrícolas se caracterizam por funções como: como serventes de pedreiro, motoristas, caseiros, empregadas domésticas etc.

A partir dos processos de modernização do campo e da migração para as cidades, as relações campo-cidade foi sofrendo diversos desdobramentos ao longo do tempo, a criação das vilas rurais, a expansão urbana da cidade sobre as áreas rurais, são alguns elementos desse fenômeno.

A temática das relações campo-cidade não apresenta uma unanimidade em termos de conceituações teóricas. Especialmente na atualidade, quando estas relações têm se

tornado cada vez mais complexas, após a industrialização, a modernização agrícola, as interferências culturais no campo e cidade a partir de meios de comunicação.

Hespanhol e Hespanhol (2006) argumentam que alterações sofridas pelo campo brasileiro, a partir dos processos de urbanização e industrialização, provocaram mudanças na relação campo-cidade, fazendo surgir diferentes perspectivas de análise, em sua maioria, minimizando a importância do campo.

Como alertado por Solari (1979), nas sociedades latino-americanas é possível observar diferenças significativas, heterogeneidades no próprio meio rural. Existindo concomitantemente, regiões de agricultura tradicional e regiões de agricultura moderna, mecanizada, voltada ao mercado externo, semelhante aos países desenvolvidos. Por isso o autor suscita a possibilidade de definir o rural não apenas a partir de uma dimensão, mas de várias, numa escala multidimensional.

Este artigo foi elaborado a partir de revisão bibliográfica sobre as relações campo-cidade e encontra-se estruturado, além dessa introdução e das considerações finais em mais duas partes, na primeira delas há uma breve contextualização sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, de modo a problematizar alguns efeitos desse período e suas vinculações nos espaços rural e urbano; e na segunda, apresentam-se algumas abordagens teóricas sobre a relação campo-cidade, visando a contribuições para a compreensão dessas realidades.

### **O processo de modernização do campo e seus impactos na relação campo-cidade**

O processo de modernização da agricultura brasileira, baseado na Revolução Verde, que gerou processos sociais e ambientais graves, também provocou alterações significativas na relação campo-cidade.

Até a década e 1930 o Brasil vivenciou o auge do complexo cafeeiro. A partir de então, o país entra numa fase desenvolvimentista, orientando investimentos para o setor urbano-industrial, em detrimento da agricultura. O intuito era diversificar a economia e diminuir a dependência de exportações (GONÇALVES NETO, 1997).

Esse processo perdurou até a década de 1960, quando, durante a ditadura militar, houve a integração dos mercados nacionais e industrialização pesada (siderurgia, petroquímica, material elétrico), processo financiado em grande parte pela produção cafeeira

(GRAZIANO DA SILVA, 1996). Convém mencionar também, o plano de metas de Juscelino Kubtjieschek na década de 1950.

Entre os anos de 1965 a 1985 houve o intenso processo de modernização da agricultura brasileira, integrando-a à indústria. Modernização considerada por muitos autores como uma modernização conservadora e dolorosa, devido aos impactos ambientais e sociais advindos da mesma. Podemos citar: a devastação de biomas brasileiros, como o cerrado; a intensificação da concentração fundiária, o êxodo rural, o acirramento das disparidades regionais. A modernização foi dolorosa, pois gerou a marginalização, expropriação, espoliação de pequenos posseiros, arrendatários, pequenos proprietários, culminando na migração, êxodo rural, inchaço urbano e pobreza das camadas mais pobres.

A modernização foi altamente seletiva, restringindo o processo em termos de região, tipos de produtos incentivados, nível de capitalização de produtores. A agropecuária passou a ser considerada apenas do ponto de vista setorial, visando a consolidação do agronegócio, para gerar aumento de produtividade, divisas, exportações (MARQUES, 2012).

Durante a ditadura militar houve intenso investimento na agricultura por parte do Estado, visando a modernização do setor agropecuário, com adoção de tecnologias, meios de transporte, armazenamento, política de preços mínimos, no contexto de criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. Neste processo, o país adotou o pacote da Revolução Verde, concentrando maior investimento em determinadas regiões. Segundo Graziano (1980), a política de crédito rural possuía uma tríplice aliança: indústria, bancos e latifúndio.

De acordo com Delgado (2012) o processo de modernização da agricultura brasileira concentrou-se regional e socialmente nas zonas do sudeste e do sul, propagando-se para o centro-oeste somente na década de 1980. Deixando para trás o Nordeste e a Amazônia. Tinham-se essas regiões como reservatórios de mão-de-obra (Nordeste) e de zonas de apropriação capitalista (Cerrados, Amazônia). A expansão da fronteira agrícola, além do plano econômico, envolvia um plano social de orientação de fluxos migratórios, servindo ainda como válvula de escape para tensões.

Com a industrialização da agricultura, o campo torna-se cada vez mais artificializado diante da possibilidade de alterações de suas características naturais.

O próprio campo se converte em fábrica, se faltar chuva, irriga-se, se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se, se ocorrerem pragas e doença, responde-se com defensivos químicos ou biológicos, esse houver

ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem” (GRAZIANO, 1996, p.3).

A agricultura passa a se beneficiar dos progressos tecnológicos. Há uma produção maior sobre menores porções de terra. A química, a genética, a mecanização, multiplicam a produtividade agrícola, reduzem a necessidade de mão-de-obra no campo. O campo torna-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, tecnificado. A ciência, a tecnologia, a informação fazem parte dos afazeres cotidianos do campo moderno. Inventam-se a natureza, criam-se sementes como se elas fossem naturais (SANTOS, 1989, p. 43).

Na agricultura moderna, a produção se torna mais intensa sob o controle do capital, maior uso de inseticidas, máquinas, utilização de trabalho assalariado, cultivo intenso das terras. As barreiras impostas pela natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas, como se o sistema capitalista passasse a fabricar uma natureza adequada à produção que objetiva lucros.

Na década de 1970 ocorre a crise mundial do petróleo, e nos anos posteriores, seus efeitos perpassam pela economia mundial. Isso culmina na perda de sustentabilidade do padrão de financiamento do setor agropecuário em meados da década de 1980, acarretado por crises de déficit público e inflação.

Temos então nas décadas de 1980 e 1990, a adoção de medidas neoliberais, o afastamento da intervenção estatal, a abertura dos mercados nacionais, a privatização de empresas estatais, agravamento dos problemas sociais no campo e nas cidades, emergindo com força movimentos sociais como: o Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A pressão dos movimentos sociais fez surgir em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, extinto no governo de Michel Temer e reduzido a uma subpasta.

Uma das consequências da modernização é que ela reduziu drasticamente a necessidade de mão de obra, separando ainda mais os(as) trabalhadores(as) rurais do trabalho produtivo. O que sem dúvidas foi um ponto que incitou a migração para as cidades, sobretudo uma migração seletiva por gênero e idade (COSTA, FROELICH, 2014).

## **Abordagens teóricas sobre a relação cidade campo**

Sorokin; Zimmerman e Galpin (1986) afirmam que ao longo do tempo, com a separação entre a cidade e o campo as diferenças entre o rural e o urbano foram ainda mais acentuadas, diferenças quantitativas e qualitativas. Desse modo enumeram algumas possibilidades para interpretarmos o campo, se considerarmos as distinções entre o espaço rural e o urbano, podemos condicionar relações que envolvam: diferenças ocupacionais (atividades agrícolas e atividades rurais); diferenças ambientais (trabalho ao ar livre e trabalho em estruturas artificiais); diferenças no tamanho das comunidades; diferenças de densidade demográfica; diferenças culturais; diferenças na estratificação social; diferenças de mobilidade social; diferenças de fluxos migratórios e diferenças em termos de integração social.

Para Solari (1979), em sua maioria, as propostas de diferenciações entre o espaço rural e urbano serviram para consolidar uma concepção dicotômica entre ambos. E isso tem sido criticado por muitos autores, que interpretam a situação pelo viés da gradação e transição entre esses espaços, tornando as definições ou diferenciações ainda mais complexas.

A visão do espaço rural como local do atraso, de características mais homogêneas e da cidade enquanto sinônimo da modernidade, da heterogeneidade, foi reforçada após as transformações ocorridas na Europa após a Revolução Industrial no século XVIII, quando o campo perde parte da centralidade econômica e social que exercia para as cidades (FERRÃO, 2000).

O espaço rural ficou gradativamente relegado ao abandono, a partir das consequências da Revolução Industrial, que ampliou a divisão territorial do trabalho entre campo e cidade. Essas consequências se referem a maior centralidade exercida pelas cidades (devido a concentração de atividades industriais, comerciais e de serviços) e ao êxodo rural. Esse fato atingiu primeiramente os países desenvolvidos e posteriormente, países de industrialização tardia, como o Brasil (HESPANHOL e HESPANHOL, 2006).

No Brasil as políticas públicas implementadas nas áreas rurais, dentre os anos de 1950 a 1980 tinham um caráter estritamente setorial e modernizante (a julgar pela adoção do pacote da Revolução Verde), compreendendo que as funções da agropecuária consistiam em: liberar mão-de-obra para a indústria; produzir alimentos; fornecer matérias-primas para a indústria; elevar as exportações agrícolas e transferir renda real para o setor suburbano. (DELGADO, 2005) *apud* (HESPANHOL e HESPANHOL, 2006).

A partir da dicotomia urbano-rural Veiga (2004) expõe duas conceituações que apresentam extrema oposição: a teoria da completa urbanização de Henri Lefebvre (1970) e a teoria do renascimento rural, de Bernard Kayser (1972). A primeira teoria entende a sociedade urbana como resultado da urbanização completa, de modo que o processo de industrialização domina e absorve a produção agrícola, assim, por meio da Revolução Urbana, a urbanização prevaleceria permanentemente sobre o rural. (VEIGA, 2004).

A segunda teoria, ao ponderar como relevante a tendência demográfica oposta ao êxodo rural, que ocorria na década de 1970 na maioria dos países desenvolvidos; propõem que o repovoamento das áreas rurais, a emergência de atividades não-agrícolas, a valorização de práticas culturais, seriam uma demonstração de que o rural estaria renascendo (VEIGA, 2004).

De acordo com Marques (2002) há duas tendências principais nas definições elaboradas sobre o campo e a cidade: a *dicotômica* e a de *continuum*. A primeira delas pauta-se na oposição, diferença entre o espaço urbano e o rural. Enquanto a segunda considera uma maior proximidade entre o urbano e o rural, devido aos efeitos do processo de urbanização e modernização sobre as áreas rurais. A autora avalia que as duas abordagens estão apoiadas numa concepção dual, que “considera o rural e o urbano como pontos extremos numa escala de gradação” (MARQUES, 2002, p. 100-101).

Ao discorrer sobre a realidade europeia Ferrão (2000) explica que a partir de meados da década de 1980 o rural deixou de ser avaliado apenas pelo agrícola. Nesse sentido, sobressaem três tendências principais de valorização dos espaços rurais: -movimento de renaturalização (conservação e proteção da natureza, desenvolvimento sustentável); -procura da autenticidade (conservação dos patrimônios históricos e culturais visando enfrentar uniformização dos espaços pela globalização); -mercantilização das paisagens (novas práticas de consumo, valorização das atividades de turismo e de lazer) (FERRÃO, 2000).

Tendo em vista as mudanças recentes das relações cidade-campo nos países avançados, Frows (1998) classificou o novo perfil da ruralidade como: agri-ruralista, utilitarista e hedonista. Agri-ruralista porque segundo ele houve uma renovação das funções exercidas pelo rural, que atendem demandas urbanas, tais como a produção de alimentos mais saudáveis (agroecológicos), o lazer e beleza de paisagens rurais conservadas. Utilitarista, pois o rural tem apresentado novas vantagens comparativas, sobretudo em termos de negócios imobiliários (residenciais e turísticos). E hedonista por causa da dimensão cultural, pela vinculação do rural com a qualidade de vida e a atração estética (VEIGA, 2004).

Segundo Ferrão (2000) na definição histórica para o rural predomina a visão da função da produção de alimentos; da família camponesa como grupo social de referência; bem como a ideia de equilíbrio entre a natureza e os tipos de atividades humanas desenvolvidas. Trazendo um termo da ecologia, o autor menciona que as relações entre campo e cidade não devem ser tidas como oposições, mas sim com uma natureza “simbiótica”, complementar, considerando a influência e ação recíproca entre ambos.

Marques (2002) frisa que a divergência de definições sobre o rural pode ser compreendida devido a forma diversificada na qual o rural se apresenta no decorrer do espaço e do tempo e também pela influência da formação política-ideológica e os objetivos que as definições visam atender.

Em pesquisa realizada a partir de dez periódicos científicos em Geografia, num recorte temporal que variava entre 1939 a 2009, Alves (2012) acompanhou a discussão teórica acerca da relação campo-cidade nas correntes teóricas da Geografia. Para o autor, essa questão (campo-cidade) evolui no decorrer do pensamento geográfico, repercutindo nas correntes: clássica, teórica, crítica e cultural da ciência geográfica.

Na perspectiva da Geografia Clássica, de influência francesa, fortemente marcada pelas descrições, induções e comparações; os trabalhos foram produzidos aproximadamente entre os anos de 1930 e 1970; os estudos dos espaços rurais e urbanos apresentam pouca integração nessa fase, destacando-se pesquisas sobre os gêneros de vida, o habitat, sistemas agrícolas, economia urbana e construção das cidades (ALVES, 2012).

Neste período, caracterizado pela maior concentração demográfica no campo, importância econômica do setor primário (café, pecuária, leite), baixo nível de urbanização e industrialização, sobressaem as pesquisas relacionadas à expansão ferroviária para escoamento do café no interior paulista e o surgimento de núcleos urbanos<sup>2</sup>; e sobre as questões de abastecimento<sup>3</sup> (ALVES, 2012).

Sob o prisma da Geografia Teórica, linha teórica que perdurou no país entre as décadas de 1960 a 1980, conhecida pela influência neopositivista, e pela inserção de técnicas, estatísticas e modelos matemáticos; houve uma maior integração entre campo e cidade nos estudos, embora a cidade tenha se tornado o centro da relação com o campo. Nessa fase há a intensificação do êxodo rural, a modernização agrícola, o aumento de áreas de transição

---

<sup>2</sup> Monbeig (1994).

<sup>3</sup> Bertha Becker (1966); La Corte (1976) e Manuel Seabra (1999).

entre o rural e o urbano. Sobressaem-se estudos sobre a aplicabilidade do modelo de Von Thünen na relação entre campo e cidade<sup>4</sup>, e sobre as áreas de transição (franja urbano-rural, suburbana e espaços periurbanos)<sup>5</sup> (ALVES, 2012).

No âmbito da Geografia Crítica, surgida no final da década de 1970, de forte influência marxista, as pesquisas são caracterizadas pela visão crítica quanto às relações de trabalho, concentração de terras e desenvolvimento desigual no campo. Nota-se que nos anos 1990 há uma multiplicidade de estudos e temáticas na geografia sobre a relação campo-cidade, em virtude da existência da ruralidade nos espaços urbanos (migração, hortas urbanas) e da urbanidade nos espaços rurais (influência cultural por meio de televisão, internet etc.) e intensificação das áreas de transição entre campo e cidade, evidenciando a emergência de temas como a multifuncionalidade, a pluriatividade e o agronegócio (ALVES, 2012).

Hespanhol e Hespanhol (2006) afirmam que a análise dicotômica das relações campo-cidade perderam força a partir dos anos 1990, período em que se percebeu a integração desses espaços, de modo que cada um deles mantivesse sua identidade e especificidade.

Marques (2002) chama a atenção para o fato de que hoje há uma desaceleração da urbanização, evidenciada pela significativa migração entre pequenos municípios e o movimento cidade-campo. Essa inversão no fluxo das migrações, segundo a autora é explicada pelos problemas enfrentados por grande parte da população dos principais centros urbanos, como a violência, o desemprego, a precariedade das condições de saúde, a moradia e a educação.

É considerado urbano no Brasil a sede do município (cidade) e do distrito (vila), não se trata de um critério funcional, mas sim político-administrativo. Destarte, “o espaço rural corresponde aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características” (MARQUES, 2002, p. 97).

Nas últimas décadas tem havido uma grande aproximação e sobreposição de áreas rurais e urbanas fazendo emergir os espaços periurbanos, tratam-se de espaços rurais, atingidos pela expansão urbana, nos quais acabam coexistindo atividades rurais e urbanas (VALE, 2006).

Segundo Vale (2006) não existe um acordo terminológico para denominação do espaço rural “sobre o qual as cidades expandem”. São utilizados distintos termos para esta

---

<sup>4</sup> Mesquita (1978) e Geiger, Lima e Abib (1974).

<sup>5</sup> Miranda (1980).

finalidade, por exemplo: *rural-urban fringe*, *banlieue*, franja urbana ou rurbaria, sombra urbana e espaço periurbano.

Conforme menciona o autor Ferrão (2000), na atualidade a fronteira entre o rural e o urbano não se limita a uma versão simplista, mas sim separa espaços que estão integrados na área de influência das grandes cidades e espaços marginais. “As realidades atualmente designadas por áreas urbanas incluem espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas, articulados sistematicamente entre si”. (Ferrão, 2000, sem paginação).

Como efeitos da intensa especulação imobiliária têm-se o crescimento físico territorial da cidade, a fragmentação do espaço urbano, que se torna socialmente segregado e ambientalmente degradado. Paralelo à isso ocorrem alterações na interface urbano rural, ao ponto de cada vez ser mais difícil distinguir com precisão o urbano do rural (SOUZA et al., 2013).

A questão é que o futuro das áreas rurais é decidido na sede do município, nas cidades, e muitas vezes os interesses dos habitantes das áreas rurais não estão nas prioridades dos cidadãos. Quando o município tem interesse em áreas rurais para realização do parcelamento urbano, o perímetro urbano é expandido, com a consequente demarcação de zonas de expansão urbana, muitas vezes comprometendo a produção rural e o meio ambiente.

Esse pensamento é reforçado pelo “mito da zona rural”, noção equivocada de que nas áreas rurais, o desenvolvimento rural e o uso da terra, escapam do controle público, restando às áreas rurais dos grandes centros urbanos a “tão esperada” oportunidade de serem transformadas em glebas urbanizadas (SOUZA et al., 2013).

A partir da Reforma Urbana (Lei nº 10.257) de 11 de julho de 2001, com o Estatuto da cidade, é atribuído aos municípios a responsabilidade sobre o controle do uso e ocupação do solo das áreas urbanas, na perspectiva do desenvolvimento econômico social integrado do território sob sua área de influência. Com o Estatuto da Cidade, o plano diretor foi vinculado ao uso do solo, sendo estabelecidos mecanismos para gerir a questão fundiária, o que permite articular melhor as políticas habitacionais, fundiárias e ambientais (SOUZA et al., 2013).

O Estatuto da Cidade definiu a obrigatoriedade da criação dos Planos Diretores, de forma democrática e participativa, envolvendo a totalidade do município e não apenas a sede. Este é um problema, visto que muitas vezes os urbanistas estão distantes das questões rurais, configurando as áreas rurais apenas como reserva da expansão urbana, a terra então, passa

a servir apenas para fins especulativos, à espera de urbanização e valorização (MIRANDA, 2009).

Para Nakano (2004) é necessário incluir as zonas rurais nos processos municipais e regionais de planejamento e gestão territoriais, porém devem ser considerados os interesses da população rural, para que essa inclusão, não signifique apenas a “transformação dos hectares rurais em metros quadrados urbanos. ” O autor adverte ainda que o macrozoneamento rural deve ser realizado com um prévio e profundo conhecimento das áreas rurais, contemplando o cadastro georreferenciado dos imóveis rurais, perfil socioeconômico, identificação das áreas e solos, topografia, acessibilidade, infraestrutura adequada para as diversas formas de produção agropecuária, extração vegetal, extração mineral, usos não agrícolas (NAKANO, 2004).

### **Considerações finais**

Convém frisar que diante da complexidade do tema tratado, esse debate não se encerra aqui. Está cada vez mais evidente que não podemos mais pensar o rural e o urbano como dois universos separados, distintos e opostos. Há espaços rurais e urbanos que estão em constante sincronia, devido à proximidade física; e mesmo quando essa aproximação não é visível e palpável, ela está presente, pelo intercâmbio cultural e simbólico estabelecido entre as pessoas que vivem nesses espaços.

A relação campo-cidade não está isenta da conflitualidade existente pela disputa de poder. A chegada da industrialização no campo subordinou o espaço rural ao urbano, tornando aquele cada vez mais dependente do segundo. O rural é gerido a partir de decisões que são tomadas na cidade, pelos gestores municipais. Para que o desenvolvimento rural atenda as reais demandas da população que reside no campo é preciso que se supere a visão superficial de que o espaço rural só alcança o desenvolvimento ao urbanizar-se. O progresso do espaço rural não deve ser visto como sinônimo da urbanização.

A temática da relação campo-cidade é uma discussão imprescindível para a Geografia. Por isso, como alerta Alves (2012) é importante que a Geografia Agrária e a Geografia Urbana caminhem juntas teórica e metodologicamente ao estudar o espaço, já que existem relações econômicas, sociais, populacionais, culturais e ambientais que perpassam simultaneamente os espaços rural e urbano.

## Referências

- ALVES, F. D. A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. *Geografia Ensino & Pesquisa (UFSM)*, v. 16, p. 7-18, 2012. <https://doi.org/10.5902/223649947570>
- ASARI, A. Y. ; PONTE, K. F. da . Programa Vilas Rurais: retorno do trabalhador rural ao campo?. *Geografia (Londrina)*, Londrina, v. 10, p. 163-173, 2001.
- COSTA, C.; FROEHLICH, J. M. Políticas públicas e masculinização rural no Rio Grande do Sul: uma abordagem a partir das condições regionais. *Campo-Território, Uberlândia (MG)*, v. 9, p. 27, 2014.
- DELGADO, Guilherme C. - Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio - Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012) - Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2.012.
- FERRÃO, J. Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Atual e Pistas para o Futuro. *Revista EURE Vol. XXVI*, 78, 123-130, 2000. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612000007800006>
- GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997.
- HESPANHOL A. N. ; HESPANHOL, R. A. M. . Dinâmica do espaço rural e novas perspectivas de análise das relações campo-cidade no Brasil. *Terra Livre*, v. 2, p. 133-148, 2006.
- MARQUES, M. I. M. . O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, v. 18, n.19, p. 95-112, 2002.
- MIRANDA, L. I. B. . Planejamento em Áreas de Transição Rural-urbana: Velhas Novidades em Novos Territórios. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional- Planejamento e Gestão do Território - escalas, conflitos e incertezas, 2009, Florianópolis. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis: Anpur, UFSC, 2009. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n1p25>
- NAKANO, K. O plano diretor e as zonas rurais. Em: SANTORO, P. e PINHEIRO, E. (Orgs.). O Planejamento do município e o território rural, São Paulo, Instituto Pólis, junho de 2004.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SILVA, J. F. G. . Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA), Brasília, 2002.
- SOLARI, A. B. O Objeto da Sociologia Rural. In: In: SMRECSANYI, T.; QUEDA, O. Vida rural e mudança social. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- SOROKIN, E.; ZIMMERMAN, C. C. ; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. Introdução Crítica à Sociologia Rural. Hucitec. São Paulo. 1986.
- SOUZA, A. DE P.; BARROS O. N. F.; CAINZOS, R. L. P.; RALISCH, R. Dinâmica da Ocupação e Uso Do Solo em Londrina (PR): Um Olhar sobre a interface urbano-rural. *Confins (Paris)*, v. 17, p. 19, 2013.
- VALE, A. R. do. Definindo o conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano. Rio de Janeiro, 2006.
- VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, S. Paulo, SP Brasil, v. 18, n.51, p. 51-67, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000200003>